

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.536.710 - PR (2019/0196149-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADA** : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123  
**ADVOGADOS** : MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA - PR027109  
MARCOS DOS SANTOS MARINHO - PR020822  
SILVIA LETICIA VALENTINI - PR058797  
ABRAÃO DOS SANTOS CRUZ - PR065563  
WARLYANE GOMES SOUZA - PR093014  
**AGRAVADO** : SABARÁLCOO S A AÇUCAR E ÁLCOOL  
**AGRAVADO** : AGROINDUSTRIA CEDRO LTDA  
**OUTRO NOME** : PEROBÁLCOO INDUSTRIAL DE AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA  
**AGRAVADO** : RICARDO ALBUQUERQUE REZENDE - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : DAYSE ELIANA VICARI REZENDE - POR SI E REPRESENTANDO  
**ADVOGADOS** : MARCIONE PEREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) - PR017536  
DOUGLAS ALBERTO DOS SANTOS - PR065466  
**AGRAVADO** : NILTON POPPI  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. REMESSA DOS AUTOS AO CONTADOR JUDICIAL PARA ABATIMENTO DA DÍVIDA. UTILIZAÇÃO DO VALOR DA AVALIAÇÃO DO BEM PENHORADO E NÃO DA ALIENAÇÃO PARTICULAR NÃO AUTORIZADA. CREDOR QUE ALIENOU O BEM SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL E POR QUANTIA INFERIOR A DA AVALIAÇÃO. INADMISSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 880 DO CPC. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 461/465).

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente discute o reconhecimento da venda extrajudicial do bens (trinta metros cúbicos de álcool) a fim de que esse valor seja abatido do montante total da dívida.

Aponta violação dos arts. 4º, 139 e 884 do Código de Processo

# *Superior Tribunal de Justiça*

Civil/2015, alegando ausência de prestação jurisdicional em tempo razoável, bem como enriquecimento sem causa do executado, eis que as despesas custeadas pelo ora agravante com o depósito do bem superam o seu valor de avaliação.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 493/504).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Da análise dos autos, verifico que a discussão a respeito da suposta violação dos arts. 4º, 139 e 884 do CPC/2015, sob o argumento de ausência de prestação jurisdicional em tempo razoável, bem como enriquecimento sem causa do executado, não foram objeto de exame pela instância ordinária, mesmo após o julgamento dos embargos de declaração, carecendo, portanto do requisito indispensável do prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública. Incidem, na hipótese, os óbices das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) -  
AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - DECISÃO  
MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO.  
INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Em relação ao artigo 396 do Código Civil, incidem os enunciados das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de prequestionamento, porquanto a matéria contida em tal dispositivo não teve o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

2. A despeito de o insurgente afirmar não ter manejado o reclamo com base na alínea "c" do permissivo constitucional, em uma simples leitura da folha de apresentação do recurso especial depreende-se que o apelo foi interposto com fundamento "nas alíneas 'a' e 'c' do inciso III do artigo 105 da Constituição da República". Assim, não tendo a parte logrado comprovar o referido dissenso jurisprudencial, adequada a monocrática que não conheceu do recurso no ponto.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.112.475/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI,

# *Superior Tribunal de Justiça*

QUARTA TURMA, julgado em 19.10.2017, DJe 25.10.2017).

A propósito do assunto, persistindo a omissão, caberia à parte alegar no recurso especial a afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento, o que não ocorreu na hipótese.

Nesse sentido:

EXECUÇÃO FISCAL AGRAVO REGIMENTAL NO  
AGRAVO DE INSTRUMENTO AUSÊNCIA DE  
IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA FALTA DE  
PREQUESTIONAMENTO.

(...)

2. A Corte de origem não analisou a questão da inépcia da petição inicial à luz do art. 267, inciso IV, do CPC, o que evidencia a ausência de prequestionamento do recurso especial. Aplicação do enunciado da Súmula 211 do STJ.

3. Ao persistir a omissão, no acórdão recorrido, após o julgamento dos embargos de declaração, imprescindível a alegação de violação do artigo 535, do Código de Processo Civil, quando da interposição do recurso especial, sob pena de incidir no intransponível óbice da ausência de prequestionamento. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 667544/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, SEGUNDA TURMA, DJ 22.9.2006)

No que concerne à venda extrajudicial do bem em depósito do exequente, a Corte de origem consignou a ausência de observância a certos requisitos procedimentais para a alienação, nos termos da seguinte fundamentação (e-STJ, fls. 440/441):

Como isto, o CPC garante mecanismos para a materialização rápida dos direitos dos credores, prevendo as hipóteses de: a) alienação por iniciativa particular do bem penhorado; e, b) a venda judicial por corretor ou leiloeiro público credenciado.

Entretanto, a alienação é condicionada à algumas regras procedimentais com a participação ativa do Juiz da causa, que fixa o prazo em que a alienação deve ser efetivada, a forma de publicidade, o preço mínimo, as condições de pagamento, as garantias e, se for o caso, a comissão de corretagem, conforme o § 1º, do dispositivo mencionado.

Portanto, a iniciativa do particular/agravante, em pleitear a venda (movs. 249.1 e 25 .1), não foi suficiente para justificar a alienação precoce do bem que estava sob seu depósito, em detrimento da

# Superior Tribunal de Justiça

estipulação de condições a ser fixadas pelo Juízo.

(...)

Assim, correta a decisão que determinou o abatimento da dívida pelo montante da avaliação do bem e não da venda, vez que, de forma análoga, a adjudicação seria por preço não inferior ao da avaliação, conforme o disposto no art. 876 do CPC.

Ocorre que o ora agravante não atacou esse fundamento no recurso especial, motivo pelo qual a argumentação exposta não possui elementos aptos a infirmar as razões lançadas no acórdão recorrido, aplicando-se, na espécie, por analogia, o óbice das Súmulas 283 e 284/STF.

Precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF. DECISÃO MANTIDA.

(...)

3. O recurso especial que não traz insurgência específica capaz de combater fundamento do acórdão recorrido, suficiente para mantê-lo, não deve ser admitido. Incidência das Súmulas n. 283 e 284 do STF.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 926.467/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 1º.12.2016, DJe 9.12.2016).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. RECONHECIMENTO DE CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE CARTÕES TELEFÔNICOS COM CLÁUSULA DE EXCLUSIVIDADE. INCIDENTE DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. SÚMULA N. 83 DO STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 211 DO STJ E 282 DO STF. AUSÊNCIA DE JUÍZO DE VALOR. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF.

(...)

# *Superior Tribunal de Justiça*

4. É deficiente a argumentação que não guarda correlação com o decidido nos autos, deixando de impugnar a fundamentação do julgado. Súmulas n. 283 e 284 do STF.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1.391.525/PE, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25.11.2014, DJe 12.12.2014).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

